

A SITUAÇÃO DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO COM O PROLONGAMENTO DA CRISE ECONÔMICA EM 2017

A persistência da crise econômica continuou a deteriorar as condições dos trabalhadores no país. Pelo terceiro ano consecutivo observou-se redução do nível de ocupação, perda de rendimentos e aumento da precarização nas relações de trabalho de uma forma generalizada.

Na região metropolitana de São Paulo isso pôde ser observado em praticamente todos os setores de atividade econômica, mas em especial na Construção. Esse setor, de grande importância na absorção de mão de obra e um dos primeiros a ser atingido pela atual crise, não esboçou reação em 2017, pelo contrário, aprofundou o grau de deterioração nas condições do trabalhador.

Redução do emprego protegido, menos trabalhadores contribuindo para a previdência social e rendimento menor são alguns dos movimentos observados entre os ocupados na construção em 2017.

Esta 2ª edição do Boletim Trabalho e Construção – Região Metropolitana de São Paulo – apresenta e atualiza informações sobre a absorção da força de trabalho, remunerações e formas de inserção ocupacional na Construção. A partir dos dados da PED detalhados para as três divisões que compõem o segmento – Construção e Incorporação de Edifícios, Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para a Construção – este estudo procura apresentar as principais consequências do prolongamento da crise econômica no setor da Construção.

*Acesse o conjunto de indicadores sobre a ocupação na Construção na Região Metropolitana de São Paulo e em outras regiões em:
<https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>*

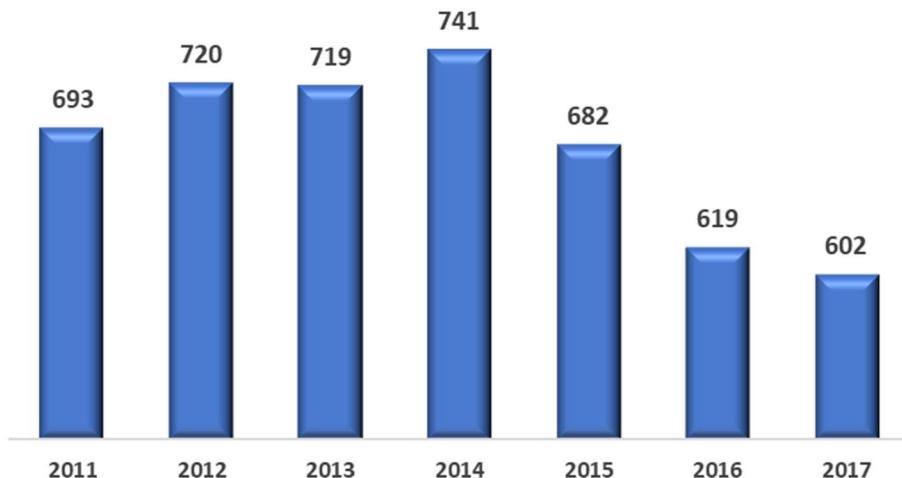
Ocupação no setor da Construção diminui novamente

Pelo terceiro ano consecutivo, a ocupação na Construção diminuiu na região metropolitana de São Paulo. Em 2017, havia 602 mil pessoas trabalhando nesse setor, 17 mil a menos que em 2016 (-2,7%), atingindo, assim, o menor número na série iniciada em 2011 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

**Estimativa do número de ocupados⁽¹⁾, no trabalho principal, no setor da construção⁽²⁾
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017**

Em mil pessoas



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) População ocupada com 14 anos ou mais
(2) Seção F da CNAE 2.0 Domiciliar

Na passagem de 2016 para 2017, a ocupação no setor da Construção (-2,7%) foi a que teve o pior desempenho entre os setores analisados: Indústria de Transformação (-2,6%); Serviços (-1,3%); e Comércio e reparação de veículos (elevação de 0,9%). No total da região metropolitana, a ocupação diminuiu (-1,3%).

Importante notar que todos os setores encolheram desde o início da atual crise econômica: comparando com 2014, os impactos foram mais intensos na Construção (-18,8%) e na Indústria de Transformação

O efeito da crise econômica no setor da Construção fica evidente quando se compara com o patamar de ocupação de 2014, ano de maior nível da série: o setor fechou 139 mil postos de trabalho nos últimos três anos (-18,8%).

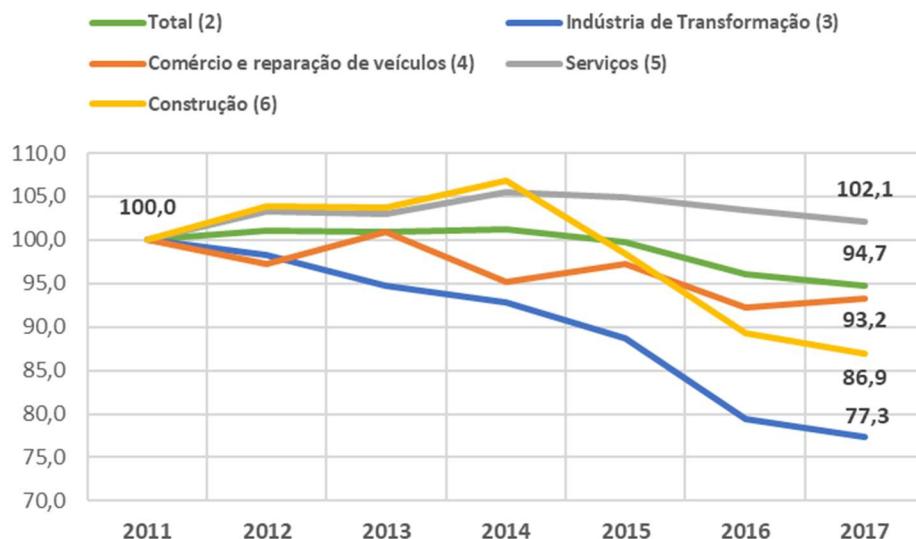
(-16,7%), mas também atingiram os Serviços (-3,2%) e o Comércio (-2,1%). No total da região, a ocupação diminuiu em 634 mil postos de trabalho (-6,5%) nesse período.

Já em relação a 2011, início da série, a ocupação total diminuiu 5,3%, tendo os Serviços como único setor com resultado positivo nesse período. Porém, destacam-se principalmente as reduções na Indústria de Transformação (-22,7%) e na Construção (-13,1%), além da retração no Comércio (-6,8%) (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

**Índice do nível de ocupação⁽¹⁾, no trabalho principal, por setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017**

2011 = 100



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) População ocupada com 14 anos ou mais

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

Como resultado dessas movimentações, a proporção de ocupados na Construção em relação ao total ficou em 6,6%, praticamente estável na comparação com 2016 (6,7%). Apesar disso, o setor tem perdido espaço desde o início da crise, quando representava 7,6% de todos os ocupados da região, em 2014.

Em 2017, a maior parte dos ocupados estava no setor de Serviços (59,5%), seguido por Comércio (18,0%), Indústria (14,7%) e Construção (6,6%). O Comércio foi o único que aumentou essa proporção em relação ao ano anterior, devido ao crescimento de 0,9% em seu nível de ocupação e redução dos demais setores (Gráfico 3).

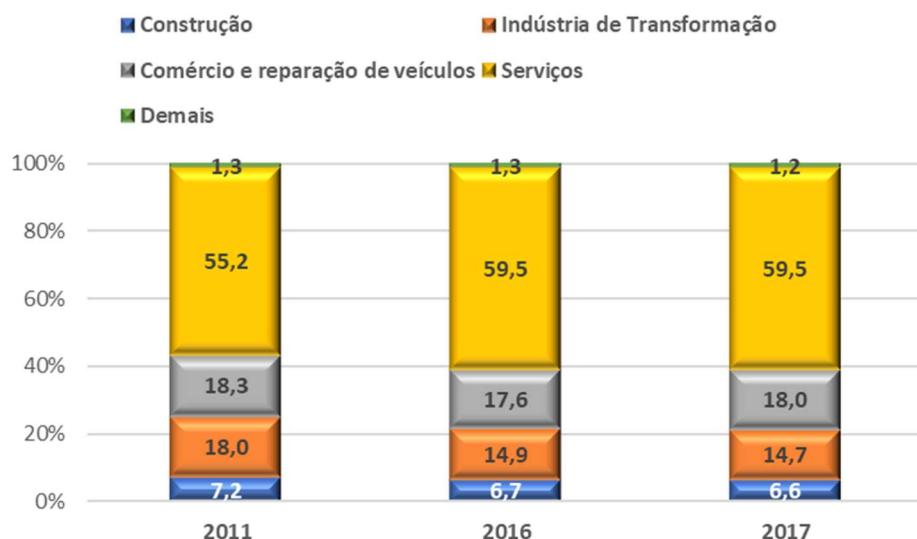
Na comparação com 2011, percebe-se a intensa perda de espaço da Indústria no total de postos de trabalho na região, diminuindo de forma quase contínua de 18,3% para 14,7%.

Vale destacar que, desde o início da crise, apenas dois segmentos dos Serviços tiveram aumento da ocupação: Alojamento e Alimentação; e Transporte, o que deve estar relacionado ao aumento do trabalho informal – dados disponíveis no boletim Anual da PED/RMSP. Assim, esses dois segmentos, aliado à perda intensa de postos de trabalho na Indústria e na Construção, contribuíram para que o setor de Serviços aumentasse o seu “tamanho” na ocupação da região metropolitana.

GRÁFICO 3

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, por setor de atividade
Região Metropolitana de São Paulo – 2011, 2016 e 2017

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Obs. Os demais setores são: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

Ocupação na divisão Obras de Infraestrutura aumenta, mas a Construção e Incorporação de Edifícios se mantém como a principal divisão

A ocupação na divisão Obras de Infraestrutura aumentou em 2017, totalizando 27 mil trabalhadores. Representou uma pequena elevação (8 mil pessoas) em relação a 2015, último ano disponível. Esse resultado sugere um crescimento, ainda que bastante tímido, em obras de infraestrutura, que podem estar ligadas à expansão no setor metro-ferroviário da região metropolitana de São Paulo no último ano.

De qualquer forma, o resultado de 2017 permanece bem abaixo do nível verificado em 2014, quando havia 49 mil trabalhadores. Isto é, nos últimos três anos houve diminuição de 22 mil trabalhadores nessa divisão.

A divisão Construção e Incorporação de Edifícios continuou sendo a principal em postos

de trabalho, com 64,6% do total de ocupados no setor da Construção. Em seguida vieram a divisão Serviços Especializados para Construção (30,5%) e Obras de Infraestrutura (4,9%) (Tabela 1).

Nas duas principais divisões do setor a ocupação diminuiu em 2017, em relação ao ano anterior: Construção e Incorporação (-14 mil, ou -3,4%) e Serviços Especializados (-12 mil, ou -6,2%), ambas atingindo o menor nível em suas séries históricas.

Na comparação com o pico das séries, em 2014, houve redução significativa, de 76 mil trabalhadores (-16,2%) no primeiro, e 42 mil (-18,8%) no segundo.

TABELA 1
Estimativa e distribuição dos ocupados no setor da construção, no trabalho principal, por divisões do setor
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017

Ano	Divisões da Construção								(em mil e %)	
	Total de ocupados no setor da Construção (1)		Construção e Incorporação de Edifícios (2)		Obras de Infra-Estrutura (3)		Serviços Especializados para Construção (4)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		
2011	693	100,0	443	64,2	29	4,3	221	31,6		
2012	720	100,0	467	64,8	39	5,1	214	30,1		
2013	719	100,0	486	67,2	39	5,0	204	27,8		
2014	741	100,0	468	63,3	49	6,0	224	30,7		
2015	682	100,0	442	64,1	19	3,4	221	32,5		
2016	619	100,0	406	65,1	(5)	(5)	194	31,5		
2017	602	100,0	392	64,6	27	4,9	182	30,5		

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Notas: (1) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Divisão 41 da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Divisão 42 da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Divisão 43 da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Proporção de trabalhadores da Construção em empregos protegidos atinge menor patamar, enquanto se intensifica o por conta própria

A proporção de trabalhadores da Construção considerados em empregos protegidos – os assalariados com carteira de trabalho assinada, dos setores privado e público, e os servidores públicos estatutários – reduziu novamente, pelo terceiro ano consecutivo, atingindo a proporção de 35,3% do total do setor, menor da série desde 2011. Isso fez com que aumentasse ainda mais a distância em relação aos demais setores da economia (Gráfico 4).

Nos demais setores, a proporção de trabalhadores em empregos protegidos diminuiu de 64,1% em 2016 para 62,7% em 2017, mas

ainda um pouco acima do patamar de 2011, que foi de 61,3%. Na média da região metropolitana, 56,9% dos ocupados estavam em empregos protegidos em 2017, redução de 1,2 ponto percentual em relação ao ano anterior.

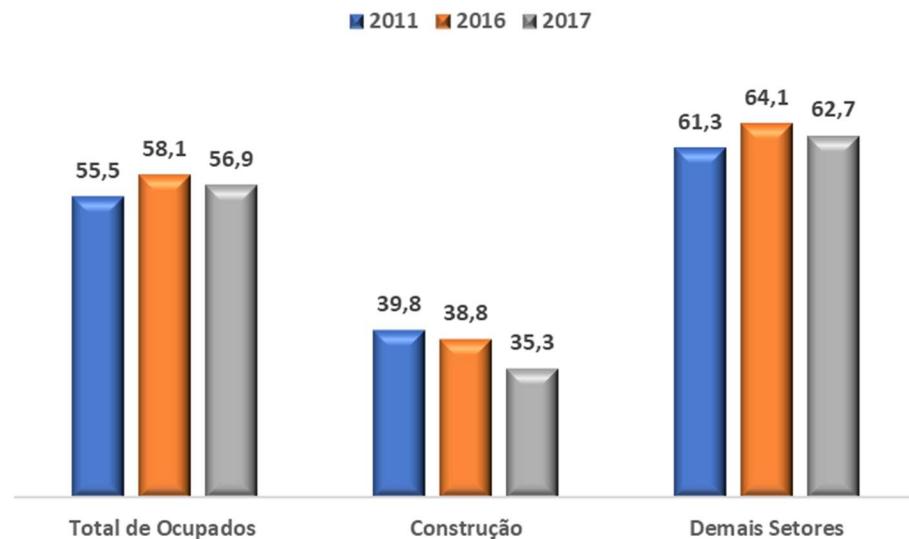
Segundo as divisões da Construção, houve reduções da proporção na Construção e Incorporação de Edifícios, de 38,1% para 33,7% entre 2016 e 2017; e nos Serviços Especializados para Construção, de 34,6% para 30,7%. Enquanto no primeiro foi o menor valor da série, no segundo se aproximou do menor, observado em 2011 (Tabela 2).

GRÁFICO 4

Proporção dos ocupados na construção e nos demais setores⁽¹⁾ inseridos por meio de emprego protegido⁽²⁾

Região Metropolitana de São Paulo – 2011, 2016 e 2017

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Excluem os serviços domésticos;

(2) Assalariados com carteira de trabalho assinada e servidores estatutários

TABELA 2

**Proporção dos ocupados na construção inseridos em emprego protegido, por divisões do setor
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017**

(em %)

Períodos	Total no setor da Construção	Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infra-Estrutura	Serviços Especializados para Construção
2011	39,8	42,2	73,9	30,2
2012	40,8	39,7	75,0	37,1
2013	39,5	39,5	78,3	32,7
2014	39,4	37,8	75,0	35,7
2015	41,3	40,6	(1)	38,4
2016	38,8	38,1	(1)	34,6
2017	35,3	33,7	(1)	30,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Já o trabalho por conta própria aumentou sua parcela na composição da ocupação no setor. Quase a metade dos trabalhadores da Construção (47,2%) trabalhavam por conta própria em 2017, enquanto nos demais setores esse percentual era de apenas 14,6% (Gráfico 5).

É importante lembrar que o trabalhador por conta própria não tem os mesmos direitos trabalhistas que aquele que está em um emprego protegido, além de ter remuneração instável.

Esse percentual da Construção é o maior da série, e significou uma elevação de 4,8 pontos percentuais em relação a 2016. Nos demais setores também foi o maior valor da série, mas o aumento em 2017 foi de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior.

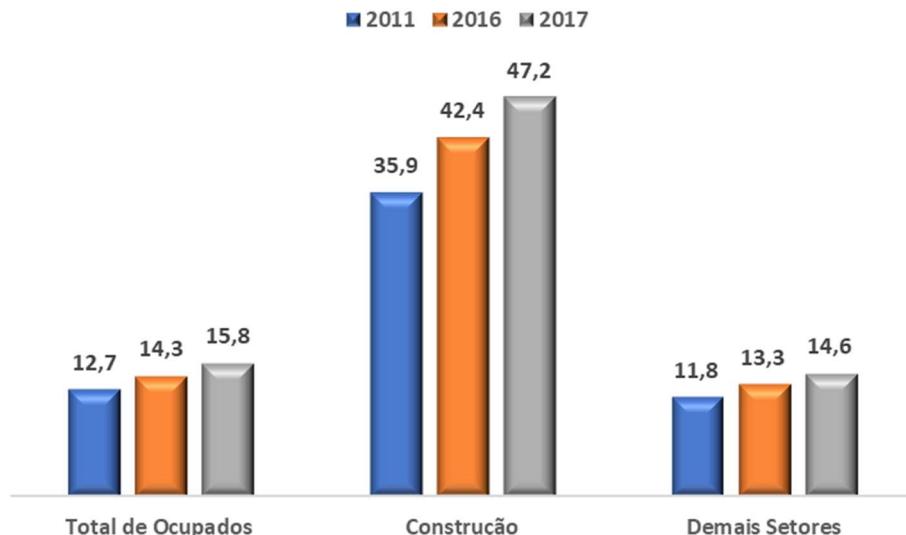
Na região metropolitana, 15,8% de todos os ocupados eram conta própria em 2017, aumento de 1,5 p.p. em relação ao ano anterior.

No setor da Construção, as duas principais divisões também tiveram aumento da proporção de trabalhadores por conta própria, atingindo valores máximos das séries. Na Construção e Incorporação de Edifícios o percentual ficou em 47,5%, aumento de 4,3 p.p. em relação a 2016. Nos Serviços Especializados a elevação foi de 7,5 p.p. atingindo 52,4% em 2017 (Tabela 3).

Destaca-se, por fim, a redução na parcela de trabalhadores contratados de forma ilegal (assalariados sem carteira de trabalho assinada), mas que ainda representavam 7,6% do total dos ocupados na Construção em 2017 (tabela 41 no anexo estatístico).

GRÁFICO 5
Proporção dos ocupados na construção e nos demais setores inseridos por conta própria
Região Metropolitana de São Paulo – 2011, 2016 e 2017

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

TABELA 3

**Proporção dos ocupados na construção inseridos como conta própria, segundo divisões do setor
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017**

(em %)

Períodos	Total no setor da Construção	Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infra-Estrutura	Serviços Especializados para Construção
2011	35,9	33,7	(1)	43,8
2012	36,8	36,4	(1)	41,9
2013	37,7	37,9	(1)	42,3
2014	39,1	40,0	(1)	42,6
2015	40,4	40,5	(1)	43,8
2016	42,4	43,2	(1)	44,9
2017	47,2	47,5	(1)	52,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Mais da metade dos trabalhadores da Construção não contribuem para a Previdência Social

A proporção de trabalhadores da Construção que não contribuíam com a previdência, elevou-se pelo segundo ano consecutivo, passando de 47,5% em 2016 para 52,3% em 2017. Atingiu, assim, o maior valor da série desde 2011, após a mínima observada em 2015 (45,9%) (Gráfico 6).

Houve elevação também nos demais setores da economia, de 24,0% em 2016 para 25,6% em 2017. Em que pese ter permanecido abaixo do pior ano da série, que foi em 2011 com 28,3%, essa elevação fez com que se voltasse ao patamar semelhante a 2013.

No total da região metropolitana, 27,4% dos ocupados não contribuíam para a previdência social em 2017.

Ou seja, na Construção cerca de 1 em cada 2 ocupados não contribuía com a previdência em 2017, e na região

metropolitana como um todo essa proporção era de 1 a cada 4.

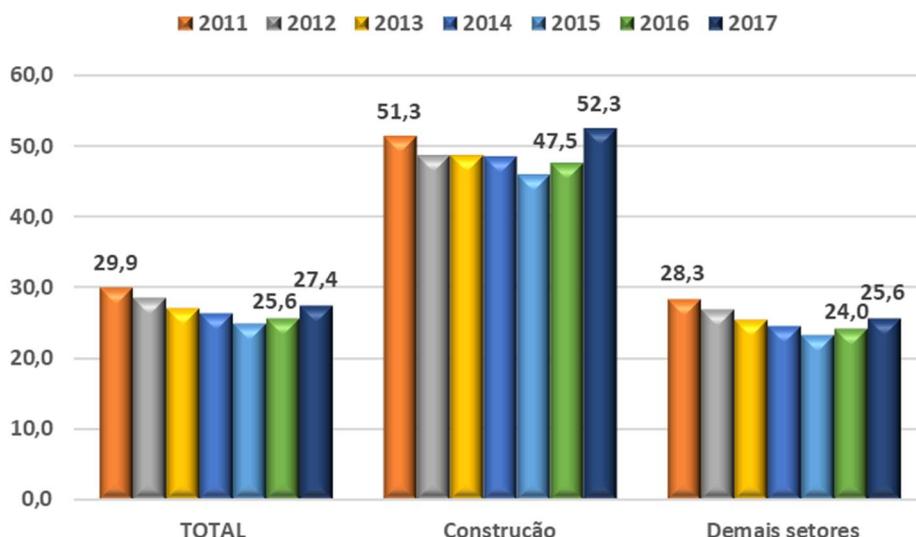
Como se sabe, sem contribuir com a previdência, o trabalhador não tem acesso a diversos direitos, como auxílio doença, auxílio acidente, licença maternidade/paternidade e à aposentadoria.

Nesse sentido, ressalta-se o fato de que, além da redução no número de ocupados na Construção nos últimos anos, dos que continuam trabalhando no setor, menos da metade está coberta em caso de acidente de trabalho e não tem perspectiva de acesso à aposentadoria. Diante disso, fica evidente a vulnerabilidade dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo e principalmente os da Construção.

GRÁFICO 6

**Proporção de ocupados na construção e nos demais setores que não contribuíam para Previdência
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017**

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Rendimento médio no setor cai pelo terceiro ano consecutivo

O rendimento médio real por hora na Construção diminuiu 6,5% na passagem de 2016 para 2017, passando de R\$ 11,35 para R\$ 10,61 (Gráfico 7).

Na comparação com os demais setores, a Construção foi o que teve o pior desempenho, seguido pela Indústria (-2,4%) e Serviços (-2,0%), enquanto o Comércio permaneceu praticamente estável (0,3%), ainda que tenha se mantido com o menor rendimento dentre todos os analisados. No total dos ocupados da região metropolitana, a redução do rendimento foi de -0,8% (passando de R\$ 11,68 em 2016 para R\$ 11,59 em 2017).

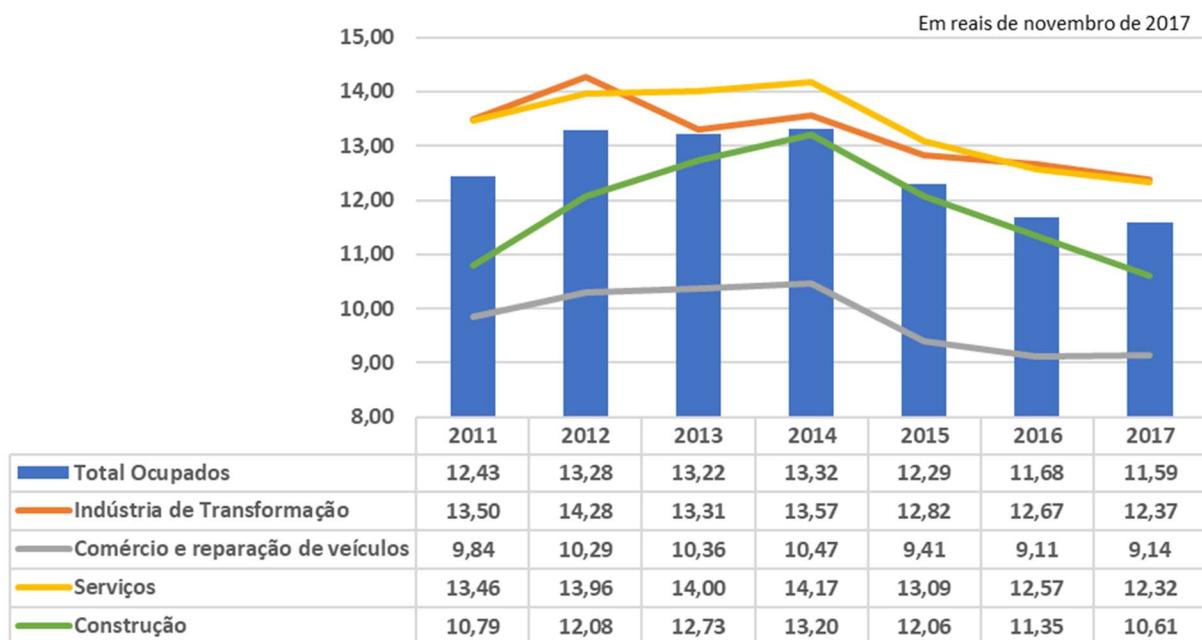
Assim, o rendimento na Construção foi equivalente a 91,5% do rendimento médio de todos os ocupados da região, menor proporção desde 2012.

A perda de rendimento do trabalhador da Construção, desde o início da crise econômica, atingiu 19,6% (2017 frente a 2014), também o pior desempenho na comparação com os outros setores no mesmo período: Serviços (-13,1%), Comércio (-12,7%) e Indústria (-8,8%). Na média da região metropolitana, o rendimento do trabalhador diminuiu 13,0% nesse período.

Na Construção, o trabalhador da divisão Serviços Especializados, em 2017, teve rendimento médio por hora de R\$ 10,65 (redução de 6,1% em relação a 2016), praticamente o mesmo valor na divisão Construção e Incorporação, R\$ 10,52 (-7,1% em relação ao ano anterior) (Tabela 29 do anexo estatístico).

GRÁFICO 7

**Rendimento médio real por hora dos ocupados na construção e nos demais setores
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE
Deflator: ICV-DIEESE/SP

Aumenta a proporção de homens e de chefes de família no setor

Em 2017, a proporção de homens na Construção elevou-se 1,3 p.p., atingindo 95,5% dos ocupados no setor, praticamente igualando-se à proporção de 2013, que foi o maior da série (Tabela 4).

Já em relação aos chefes de família, o setor da Construção atingiu o maior valor da série, com 73,5% dos ocupados no setor nessa condição familiar, também uma elevação de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior (Gráfico 8).

Esse percentual é muito acima do observado nos demais setores (46,4%), que, inclusive, ficou praticamente no mesmo patamar do ano anterior, que havia sido o maior nível da série (46,6%).

No total da região metropolitana pouco menos que a metade (48,2%) dos ocupados são

chefes de famílias (variação de -0,1 p.p. em relação a 2016), enquanto o restante é considerado cônjuge, filhos(as) e demais membros.

Esses resultados sugerem que na Construção os chefes de família foram menos penalizados com a perda de postos de trabalho que os demais membros, por isso houve aumento proporcional desse contingente. Nos demais setores, a redução no contingente de chefes e não chefes deve ter sido muito próxima, fazendo com que a proporção variasse muito pouco.

TABELA 4
Distribuição dos ocupados na construção, por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017

(em %)

Períodos	Total de ocupados no setor da Construção	Sexo	
		Homens	Mulheres
2011	100,0	95,0	5,0
2012	100,0	94,9	5,1
2013	100,0	95,7	4,3
2014	100,0	94,9	5,1
2015	100,0	94,3	5,7
2016	100,0	94,2	5,8
2017	100,0	95,5	4,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED -

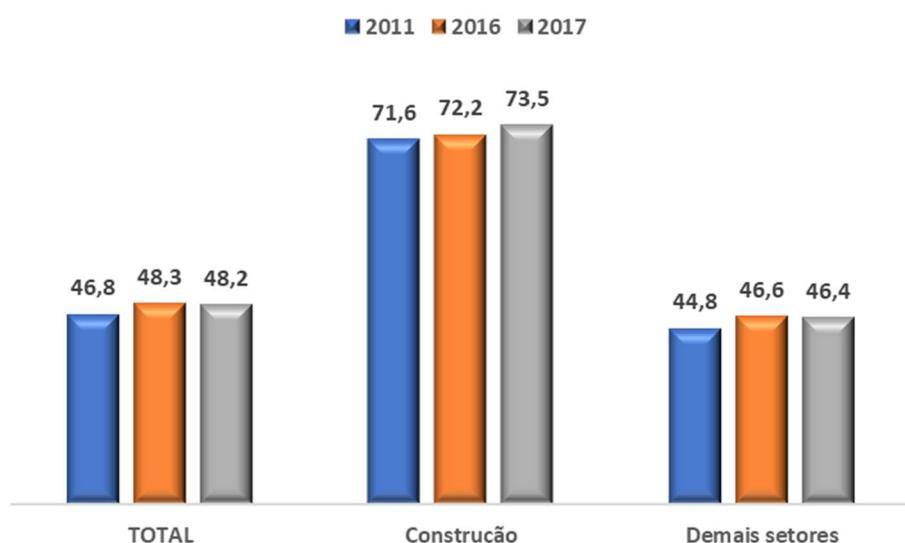
Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 8

Proporção de chefes de família entre os ocupados na construção e nos demais setores
Região Metropolitana de São Paulo – 2011, 2016 e 2017

(em %)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE**Diminui a proporção de trabalhadores com ensino superior**

Os trabalhadores com ensino superior representavam 6,0% do total dos ocupados na Construção, em 2017, redução de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior. É a primeira redução desse grupo desde o início da série, em 2011,

quando representava 4,7% do total dos ocupados do setor (Tabela 5).

No outro extremo, também reduziu a parcela de trabalhadores com ensino fundamental incompleto (de 37,2% em 2016 para 35,4% em 2017), que, embora ainda

signifique 1/3 dos trabalhadores da Construção, foi o menor valor da série (que já foi de 47,3% em 2011).

Em contrapartida, aumentou a proporção de trabalhadores com escolaridade intermediária (de fundamental completo até médio completo/superior incompleto). Nos dois grupos houve aumento da proporção praticamente de forma contínua e constante, em

particular daqueles com ensino médio completo e superior incompleto, que passaram de 23,8% do total dos ocupados em 2011, para 29,9% em 2016, alcançando 31,7% em 2017.

O recuo da parcela daqueles com ensino superior sugere que, ao contrário dos dois anos anteriores, houve redução mais intensa desse grupo em relação aos demais.

TABELA 5
Distribuição dos ocupados na construção, segundo escolaridade
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017

(em %)

Períodos	Total de ocupados no setor da Construção	Escolaridade			
		Analfabeto	Ensino fundamental incompleto (1)	Ensino fundamental completo+médio incompleto	Ensino médio completo+superior incompleto
2011	100,0	5,0	47,3	19,3	23,8
2012	100,0	5,5	44,8	20,0	24,5
2013	100,0	4,9	45,9	20,0	23,9
2014	100,0	4,3	40,3	21,6	28,1
2015	100,0	4,1	38,8	22,1	29,0
2016	100,0	(2)	37,2	22,6	29,9
2017	100,0	(2)	35,4	23,9	31,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Dentre as divisões do setor, a Construção e Edificação seguiu a mesma tendência do setor como um todo, com redução da proporção de trabalhadores com ensino superior e daqueles com fundamental incompleto, e elevação do contingente com escolaridade intermediária (Gráfico 9). Ainda assim, aqueles com fundamental incompleto representavam 39,6% do total, e no caso do superior completo a redução fez com que o contingente não fosse mais estatisticamente significativo. Aqueles com escolaridade intermediária atingiram os maiores valores

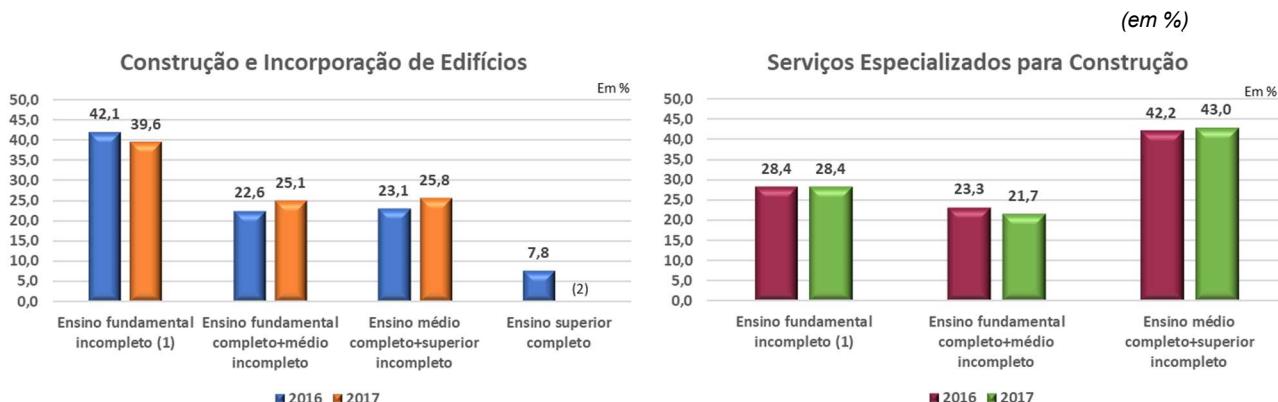
históricos da série, somando mais da metade (50,9%) dos trabalhadores da divisão.

Na divisão Serviços Especializados, a maior parte dos trabalhadores (43,0% do total dos ocupados na divisão) tinha o ensino médio completo, em 2017, uma pequena elevação em relação ao ano anterior (42,2%).

Não houve alteração na proporção de trabalhadores com ensino fundamental incompleto (28,4%), enquanto aqueles com o fundamental completo e médio incompleto tiveram pequena redução (passou de 23,3% em 2016 para 21,7% em 2017).

GRÁFICO 9

Distribuição dos ocupados na construção, por escolaridade, segundo divisões do setor
Região Metropolitana de São Paulo – 2016-2017



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Por fim, observa-se, novamente, o aumento da proporção de trabalhadores com mais idade no setor da Construção (Tabela 6). A parcela de trabalhadores com 60 anos de idade ou mais passou de 8,3% em 2016 para 9,7% em 2017, o maior valor para a série.

Os trabalhadores com 50 a 59 anos de idade praticamente mantiveram sua proporção (variou de 18,5% para 18,4% do total de ocupados do setor), enquanto aqueles com 40 a 49 anos de idade aumentaram (de 24,8% para 26,6%). Assim, 54,7% dos ocupados na construção tinha, em 2017, 40 anos de idade ou mais, enquanto em 2016 esse grupo representava 51,6%.

Em sentido oposto, no mesmo período, a proporção de jovens na Construção (de 16 a 24 anos de idade) diminuiu de 10,3% para 9,3%, o menor valor da série. Daqueles com 25 a 29 anos de idade passou de 11,8% para 11,2%; e os com 30 a 39 anos de idade diminuiu de 26,3% para 24,7%, também o menor patamar da série.

Portanto, percebe-se claramente uma tendência ao ‘envelhecimento’ dos trabalhadores da Construção, provavelmente porque os jovens não visualizam esse setor como ‘porta de entrada’ no mercado de trabalho. Além disso, provavelmente, com a crise econômica, a redução da ocupação no setor atingiu mais intensamente os jovens.

TABELA 6
Distribuição dos ocupados na construção, segundo faixa etária
Região Metropolitana de São Paulo – 2011 a 2017

Períodos	Total de ocupados no setor da Construção	Faixas Etárias						(em %)
		14 e 15 anos	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	
2011	100,0	(1)	15,7	12,4	26,2	23,1	16,4	5,9
2012	100,0	(1)	15,4	11,8	25,7	23,1	18,0	5,8
2013	100,0	(1)	14,6	10,6	25,4	23,7	18,2	7,3
2014	100,0	(1)	13,4	11,8	25,3	25,1	17,0	7,3
2015	100,0	(1)	12,5	12,0	25,9	24,7	17,0	7,8
2016	100,0	(1)	10,3	11,8	26,3	24,8	18,5	8,3
2017	100,0	(1)	9,3	11,2	24,7	26,6	18,4	9,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Esta 2ª edição do Boletim Trabalho e Construção na Região Metropolitana de São Paulo mostrou a continuidade da deterioração da ocupação no setor em 2017. Pelo terceiro ano consecutivo, o nível de ocupação recuou, os rendimentos diminuíram e as formas precárias de inserção do trabalhador aumentaram.

Em 2017, houve fechamento de 17 mil postos de trabalho na Construção. Frente a 2014, ano com o maior nível de ocupação no setor, houve redução de 139 mil postos de trabalho no setor. Em termos proporcionais (-18,8%), é o pior desempenho entre os setores analisados. Houve, novamente, aumento do trabalho por conta própria, atingindo quase a metade de todos os trabalhadores do setor, e redução do emprego com carteira de trabalho assinada. Diminui também aqueles que contribuem com a Previdência Social, gerando consequências terríveis para os trabalhadores no presente e no futuro quanto à proteção social, incluindo a aposentadoria.

O rendimento médio do trabalhador na Construção diminuiu 19,6% nos últimos 3 anos, também o pior resultado entre os setores analisados, sendo que a perda somente em 2017 foi de 6,5%, em relação ao ano anterior.

Verificou-se, por fim, a continuidade do “envelhecimento” do trabalhador desse setor, com menor proporção de jovens, e aumento daqueles com mais idade e que são chefes de família, produzindo implicações mais amplas da deterioração das condições de trabalho desses trabalhadores.

Para acompanhar informações do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego/DIEESE, para o setor da Construção, além deste Boletim, há um amplo conjunto de indicadores disponibilizados de forma pública em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>